

1. ACIDENTES DE TRAJETO

Historicamente, os benefícios oriundos de acidentes de trajeto faziam parte do cálculo do FAP, nos termos das Resoluções nºs 1.308/09, 1.316/10 e 1.327/15.

Todavia, em 2017 o CNPS, órgão responsável pela regulamentação do FAP, excluiu do cálculo os benefícios oriundos desse tipo de acidente por meio da Resolução nº 1.329/17 que passou a reger o FAP, produzindo efeitos a partir do índice calculado em 2017 para a vigência 2018.

Assim, a partir da Resolução nº 1.329/17 há expressa previsão de **exclusão** dos eventos decorrentes de acidente de trajeto do cálculo do FAP, com aplicação já para os índices calculados em 2017, com vigência em 2018.

E, como dito alhures, qualquer benefício incluído indevidamente no cálculo tende a aumentar sobremaneira o índice, elevando o percentual da alíquota do tributo GILRAT incidente sobre a folha de pagamento da empresa.

Oportuno lembrar que não se pretende, aqui, discutir a legalidade da inclusão dos acidentes de trajeto no cálculo dos índices FAP anteriores a 2018.

O que se requer é a **exclusão do benefício acidentário oriundo de acidente de trajeto incluído indevidamente e a contrário legis a partir da vigência de 2018, de acordo com a Resolução nº 1.329/2017**, vejamos:

Resolução nº 1.329/2017

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos a partir do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção- FAP 2017, com vigência em 2018.

(...)

2.2. Definições

Foram adotadas as seguintes definições estruturantes:

Evento: ocorrência previdenciária de cada um dos registros de benefícios das espécies de natureza acidentária: B91 – Auxílio-doença por acidente de trabalho, B92 - Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho e B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho, independente se decorrentes de agravamento do mesmo evento. Os acidentes de trabalho sem concessão de benefícios, informados pelas Comunicações de Acidente de Trabalho - CAT, somente serão considerados eventos no caso de óbito. Em todos os casos, serão excetuados desta definição os acidentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la. (GN)

Importante destacar que a Resolução nº 1.329/2017 expressamente determina que **produzirá seus efeitos a partir do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção – FAP 2017, com vigência em 2018**, sendo, portanto, aplicável ao caso concreto.

Além disso, conforme estabelecido na Resolução CNPS nº 1.329/2017, o “critério para contabilização de benefícios acidentários concedidos é a **Data de Despacho do Benefício – DDB dentro do Período-Base (PB) de cálculo**”, e não a **data de ocorrência do acidente**.

Assim, a Autora não busca a aplicação retroativa da Resolução CNPS nº 1.329/2017, mas sim a exclusão de benefício que possui **Data de Despacho do Benefício (DDB) dentro do Período-Base (PB) de cálculo do FAP a partir da vigência 2018**.

Desta forma, o cálculo apresentado pelo sistema FAP, vinculado à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, levou em consideração diversos benefícios para a composição do índice da Autora.

Contudo, alguns deles, por se tratar de benefícios oriundos de acidentes de trajeto, não deveriam compor sua base de cálculo.

Dada as particularidades de cada caso e para facilitar o entendimento, os benefícios foram divididos nos subtópicos que passamos a analisar.

1.1. AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA POR ACIDENTE DE TRABALHO (B91) – DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRAJETO

O auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, é devido ao segurado acidentado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de 15 dias consecutivos.

Do mesmo modo que outras espécies de benefícios acidentários, o auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, compõe a base de cálculo do FAP e a inclusão indevida de qualquer benefício tende a aumentar o índice, elevando o percentual da alíquota do SAT incidente sobre a folha de pagamento das empresas.

Durante a auditoria realizada nos índices FAP da Autora, foram encontrados x (xxxx) benefícios de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, decorrentes de acidentes de trajeto, na base de cálculo do índice FAP.

Item	Vigências do FAP		CNPJ	Empregado(a)	NIT	Tipo	Benefício	CAT
1	2017	2018	99.999.999/9999-99	FULANO DA SILVA SAURO	13192615728	B91	6141765886	2016.150209.1/01
2								

Para demonstrar os fatos e comprovar o erro cometido pela Previdência Social, utilizaremos como exemplo o caso da segurada XXXXXXXXX, inscrita no NIT sob o nº XXXXXXXX.

Os documentos comprobatórios em relação aos demais segurados estão anexos à petição inicial.

A segurada XXXXXXXX sofreu um acidente de trajeto no dia dd/mm/aaaa, conforme a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) abaixo.

Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)



CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho

2018.397841.2/01

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO			
1 - Emitente: Empregador			
2 - Tipo de CAT: INICIAL			
3 - Iniciativa da CAT:			
4 - Fonte do Cadastro: CatWeb			
5 - Número da CAT: 2018.397841.2/01			
6 - Número do recibo do evento no eSocial da CAT de origem:			
II - EMITENTE			
EMPREGADOR			
7 - Razão Social/Nome: MARCOPOLO SA			
8 - Tipo: CNPJ	9 - Número de Inscrição: 88.611.835/0009-86	10 - CNAE: 22293	
ACIDENTADO			
11 - Nome: VERONICA CHAVES HOFMAN		12 - CPF:	13 - Data de Nascimento: 14/08/1992
14 - Sexo: FEMININO	15 - Estado Civil: SOLTEIRO(A)	16 - CBO: 823210 - EXTRUSOR DE FIOS OU FIBRAS DE VIDRO	
17 - Filiação à Previdência Social: Empregado		18 - Áreas: URBANA	
ACIDENTE OU DOENÇA			
19 - Data do Acidente: 08/10/2018	20 - Hora do Acidente: 02:40	21 - Após quantas horas de trabalho? 09:10	22 - Tipo: TRAJETO
23 - Houve afastamento? SIM	24 - Último dia trabalhado: 08/10/2018	25 - Local do acidente: 1 - Estabelecimento do empregador no Brasil	
26 - Especificação do local do acidente: PROX.AO PORTAO DE SAIDA M			
27 - CNPJ/CAEPF/ CNO do local do acidente: CNPJ: 00.000.000/0000-00	28 - UF: RS	29 - Município do local do acidente: CRUZEIRO DO SUL	30 - País:
31 - Parte do corpo atingida: 757050000 - Pé (exceto artelhos)			
32 - Agente causador: 303075900 - Veículo, NIC		33 - Lateralidade:	
34 - Descrição da situação geradora do acidente ou doença: 200008900 - Impacto sofrido por pessoa, NIC			
35 - Houve registro policial? NÃO	36 - Houve morte? NÃO	37 - Data do óbito:	

38 - Observações:		
39 - Data do Recebimento: 10/10/2018		
III - INFORMAÇÕES DO ATESTADO MÉDICO		
ATENDIMENTO		
40 - Data: 10/10/2018	41 - Hora Atendimento: 15:45	42 - Houve internação? NÃO
43 - Provável duração do tratamento (dias): 15 dia(s)		44 - Deverá o acidentado afastar-se do trabalho durante o tratamento: SIM
LESÃO		
45 - Descrição e natureza da lesão: 702015000 - Contusão, esmagamento (superfície cutânea intacta)		
DIAGNÓSTICO		
46 - Diagnóstico provável:		
47 - CID-10: S91 - Ferimentos do tornozelo e do pé		
48 - Local e Data: 24/10/2018	49 - Nome do médico, CRM e UF: Não Informado, Não Informado, 21091, Não Informado	
50 - Observações:		
A COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE É OBRIGATÓRIA, MESMO NO CASO EM QUE NÃO HAJA AFASTAMENTO DO TRABALHO. FORMULÁRIO ASSINADO ELETRONICAMENTE - DISPENSA ASSINATURA E CARIMBO		

Em decorrência do acidente de trajeto e da incapacidade laborativa, foi concedido o benefício de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, nº xxxxxxxx, com Data de Início do Benefício (DIB) em xx/xx/xxxx e Data de Cessação do Benefício (DCB) em xx/xx/xxxx.

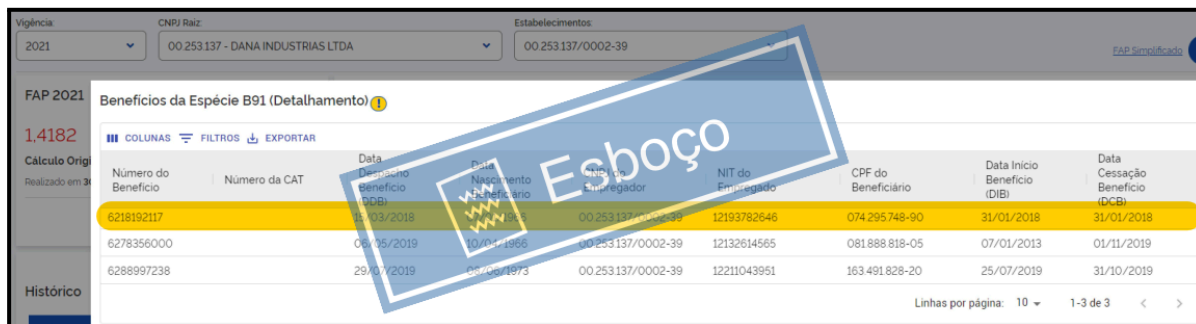
O documento emitido pelo INSS comprova a concessão do benefício e as datas acima mencionadas.

NB: 91 / 625.364.713-3 Situação: Cessado DIB: 24/10/2018 OL Mantenedor: 19.022.030		
Informações de Benefício (INBEN) 16/09/2024 às 09:06:47		
Dados do Titular		
NB: 625.364.713-3 Nome do Recebedor (Titular / RL): VERONICA CHAVES HOFMAN CPF: 027.898.310-33 NIT: 165.27800.08-9 Identidade: 01100605541 - RS Data de Nascimento: 14/08/1992 Sexo: 3 - Feminino		
Dados do Benefício		
OL 19.022.030 - AGÊNCIA DA Mantenedor: PREVIDÊNCIA SOCIAL CAXIAS DO SUL Sistema de Origem: SABI Situação: CESSADO - 12 - LIMITE MEDICO Procurador/Entidade de Representação: Não Ramo de Atividade: 2 - COMERCIAL Orgão Pagador: 642024 - CAXIAS DO SUL CIDADE DA UVA - PAV Conta Corrente: Meio de Pagamento: 1 - CMG - CARTÃO MAGNETICO	OL 19.022.030 - AGÊNCIA DA Concessor: PREVIDÊNCIA SOCIAL CAXIAS DO SUL Espécie: 91 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA - ACIDENTE DO TRABALHO Representante Legal: Não Forma de Filiação: 1 - EMPREGADO Banco: 341 - BANCO ITAU S/A Endereço da Agência: AV. JULIO DE CASTILHOS, 1525 Tipo Conta:	OL Mantenedor Anterior: Tratamento: 13 - PREVIDENCIÁRIO SIMPLES Reabilitação Profissional: Não Agência: 642024 - CAXIAS DO SUL CIDADE DA UVA - PAV Bairro da Agência: CENTRO Município/UF: CAXIAS DO SUL/RS
Dependentes		
Quantidade de Dependentes Informada: 0 Quantidade de Dependentes Para Imposto de Renda: 0	Dependentes Para Desdobramento: 0/0 Quantidade de Dependentes Salário Família: 0	Dependentes Válidos Pensão: 0
Outras Informações		
DIB: 24/10/2018 DER: 25/10/2018 APR: 2.865,98 Acompanhante: Não	DIR do NR anterior: DDB: 29/11/2018 MR. Base: 2.634,29 Competência do Último Cálculo: 12/2018	DAT: 09/10/2018 DCB: 15/12/2018 MR. Paga: 2.634,29 Tipo de Imposto de Renda: Isento

A comparação entre a data do acidente (xx/xx/xxxx) e a data do início do benefício B91 nº xxxxxxxx, em xx/xx/xxxx, comprova o nexo entre os eventos.

Destarte, mesmo sendo decorrente de acidente de trajeto, a administração pública indevidamente incluiu o benefício de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, nº xxxxxxxx, na base de cálculo do índice FAP vigência xxxxx do estabelecimento com CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.

Vigência XXX



Número do Benefício	Número da CAT	Data de Despesa Benefício (DCB)	Data Nascimento Beneficiário	CNPJ do Empregador	NIT do Empregado	CPF do Beneficiário	Data Início Benefício (DIB)	Data Cessação Benefício (DCB)
6218192117		31/03/2018		00.253.137/0002-39	12193782646	074.295.748-90	31/01/2018	31/01/2018
6278356000		06/05/2019	10/04/1966	00.253.137/0002-39	12132614565	081.888.818-05	07/01/2013	01/11/2019
6288997238		29/07/2019	05/05/1973	00.253.137/0002-39	12211043951	163.491.828-20	25/07/2019	31/10/2019

Por se tratar de acidente de trajeto, referido benefício **não** deve compor a base de cálculo e constar nos índices FAP da Autora.

A Resolução nº 1.329/17 dispõe que os acidentes de trajeto serão identificados “*por meio da CAT ou outro instrumento que vier a substituí-la*”.

No caso, os documentos comprobatórios acima e anexos à petição inicial demonstram que o benefício mencionado é decorrente de acidente de trajeto.

Ademais, o Poder Judiciário reconhece que os benefícios oriundos de acidentes de trajeto não devem compor a base de cálculo dos índices FAP.

Nesse sentido decidiu o MM. Juiz Marco Aurélio de Mello Castriani, nos autos nº 5018811-28.2023.4.03.6100/SP, em trâmite na 1ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP, *verbis*:

Ora, demonstrando a empresa que determinado benefício decorreu de acidente de trajeto, este deverá ser excluído do cálculo do FAP, redundando na concreta redução dos valores a serem recolhidos. Dispõe a norma citada que os acidentes de trajeto serão identificados por CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la. Ocorre, entretanto, que o artigo 379 do Código de Processo Civil reza que as partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz. Avulta do exposto que a parte pode provar o seu direito por qualquer meio, desde que legal ou legítimo, não podendo haver limitação dos meios de prova por ato infralegal. (GN)

Da mesma forma é o entendimento do MM. Juiz Diógenes Tarcísio Marcelino Teixeira, nos autos nº 5020684-65.2022.4.04.7201/SC, em trâmite na 3ª Vara Federal de Florianópolis/SC, *verbis*:

No caso em tela, os documentos juntados pela empresa autora com a inicial demonstram que o benefício previdenciário B94, no. 1856891051, concedido ao segurado SÉRGIO KAMINSKI GOULARTE, efetivamente foi decorrente, na origem, de acidente de trânsito ocorrido no trajeto do funcionário ao trabalho.

De fato, por força do acidente de trajeto em questão, ocorrido em 16 de setembro de 2015, inicialmente foi concedido ao segurado o Benefício no. B91, nº 6122170503, com data de início – DIB em 19/10/2015 e data de cessação – DCB em 08/11/2016.

Na sequência, com base no mesmo acidente, lhe foi concedido na esfera judicial (autos do processo no 0309829-24.2017.8.24.0023/SC), o benefício de auxílio-acidente por acidente de trabalho, espécie B94, no 1856891051, com DIB em 09/11/2016, que foi incluído no cálculo do FAP 2021.

Vejam-se os seguintes documentos: [...]

Assim sendo, em relação à mencionada ocorrência, houve de fato irregularidade na inclusão de tal benefício como acidentário, eis que a referida Resolução n. 1.329/2017, como visto, excetuou da definição de acidente de trabalho os acidentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la.

Logo, assiste razão à parte autora, pois não poderia o benefício em questão ser computado para fins do cálculo de apuração do FAP da empresa, no exercício de 2021. [...]

O pedido procede, portanto, para se reconhecer que o benefício detalhado na inicial não deve ser incluído e computado, para fins de cálculo da alíquota do FAP da autora, no período questionado (2021).

Outrossim, a própria União, em processos de mesma natureza e objeto, **reconhece** o equívoco de manter benefícios decorrentes de acidentes de trajeto incluídos no FAP das empresas e **comanda** a exclusão dos ditos benefícios da base de cálculo do FAP.

Como exemplo, podemos citar a contestação apresentada pela União nos autos do processo nº 0809292-03.2021.4.05.8200/PB, em trâmite na 2ª Vara Federal de João Pessoa, que reconhece o erro e determina a exclusão dos benefícios decorrentes de acidente de trajeto do FAP, *in verbis*:

2. A autora solicita a exclusão dos benefícios B91, nº 6121642770 – FAP 2018 e 2019, B91, nº 6241236621 – FAP 2020 e 2021 e B94, nº 6286389486 – FAP 2021, que seriam decorrentes de acidente de trajeto.

3. Alega a autora que o evento decorre de um acidente de trajeto, para o qual houve emissão de CAT. Todavia, ainda assim os benefícios foram incluídos no cálculo do FAP nas vigências 2018 a 2021. Afirma que a contabilização do referido benefício majorou a alíquota em discussão, solicitando sua exclusão do cálculo FAP.

4. Em consulta ao sistema CATweb, verificamos que a CAT nº 2014.281179.3/0 é uma CAT de trajeto, com data de acidente 27/05/2014, sendo esta data a mesma relacionada aos benefícios elencados pela empresa, se tratando assim do mesmo evento acidentário.

5. Conforme previsto na Resolução CNPS nº 1.329/2017, na composição do índice de gravidade e do índice de custo são computados todos os benefícios acidentários com data de despacho durante o período-base de cálculo do FAP. São definições estruturantes do cálculo:

[...]

6. Portanto, em conformidade com a Resolução nº 1.329/2017, que retirou os acidentes in itinere, a alegação da empresa autora é procedente, tendo o benefício em questão sido incluído erroneamente no cálculo do FAP na vigência 2018.

7. Em consulta ao Banco de dados de Comunicação de Acidentes de Trabalho – CAT, verificar que, de fato, foi emitida CAT de trajeto pela empresa.

8. Quando um benefício por incapacidade é analisado junto aos sistemas informatizados da Previdência Social, é efetuada rotina para averiguação de emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT para o evento que motivou o afastamento do trabalho. Caso seja encontrada uma CAT,

nestas condições, fica estabelecido um vínculo entre o benefício requerido e a CAT registrada, não tendo no presente caso ocorrido tal vinculação.

9. Dessa forma, procedente a alegação da autora de que os benefícios elencados em sua petição inicial devam ser excluídos do cálculo do FAP nas vigências 2018 a 2021. (GN)

No mesmo sentido a contestação apresentada nos autos do processo nº 5005677-73.2021.4.04.7005/PR, em trâmite na 1ª Vara Federal de Guarapuava.

3.1 ACIDENTES DE TRAJETO.

Este ponto teve a seguinte análise favorável ao contribuinte:

4.2. Neste caso, a Autora solicita que sejam excluídos os NB N°s 6137349385 e 6147734265, contabilizados na vigência 2018, por se tratarem de acidentes de trajeto, em conformidade com a nova resolução nº 1.329/2017, que retirou os acidentes in itinere da regra de cálculo do FAP para os índices vigentes a partir de 2018.

4.3. Em consulta ao Banco de dados de Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT, identificamos que as CAT's n°s: 2016.093764.7/01 e 2016.183946.0/01, estão, respectivamente, relacionadas aos benefícios, ora reclamados e se referem a acidentes de trajeto.

4.4. Dessa forma, comandaremos nesta data, a exclusão dos NB N°s: 6137349385 e 6147734265, contabilizados na vigência 2018. (GN)

Da mesma forma é o entendimento do Judiciário¹, *in verbis*:

2.3.1.1. Relativamente ao FAP vigência 2018, a parte autora alega que a parte ré incluiu, de forma indevida, na base de cálculo do aludido fator, o benefício previdenciário nº 6116383657 oriundo de acidente de trajeto.

Deveras, a Resolução MPS/CNPS n.º 1.329/2017 estatui que os benefícios de natureza acidentária decorrentes de acidente de trajeto – assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la – não devem ser considerados como insumos do cálculo do FAP.

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) nº 2015.326264.8/01, colacionada no evento 1 - ANEXO5, p. 4, revela que acidente ocorreu em via pública, na BR 116, sendo qualificado como acidente do tipo "trajeto".

O documento encartado no evento 1 - ANEXO5, p. 5, a seu turno, demonstra que o referido benefício foi considerado no cálculo do índice FAP de 2018.

Logo, o pedido procede, no ponto. (GN)

Na mesma toada, também foi proferido na sentença do MM. Juiz Rony Ferreira, nos autos do processo nº 5003834-82.2021.4.04.7002/PR, em trâmite na 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu:

¹ Trecho da sentença proferida nos autos do processo nº 5001711-05.2021.4.04.7005/PR, em trâmite na 2ª Vara Federal de Cascavel.

Do pedido de exclusão do benefício n. 6110497103, decorrente de acidente de trajeto, da base de cálculo do FAP, vigência 2018 e o recálculo do índice FAP.

Os documentos anexados no evento 1 (evento 1, ANEXOSPET5), denotam que no FAP vigente em 2018 e, portanto, calculado em 2017 a partir de dados dos anos de 2015 e 2016, foi incluído o benefício n. 6110497103, referente a acidente de trajeto ocorrido em 26/06/2015.

A Resolução n.º 1.329, de 2017, do Conselho Nacional da Previdência, excluiu os acidentes de trajeto do cálculo do FAP, foi publicada no DOU em 27/04/2017, entrou em vigor na data de sua publicação e a produção dos efeitos ocorreu a partir do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção-FAP 2017, com vigência em 2018.

Ou seja, a Resolução CNP n. 1.329/2017 excluiu do cálculo do FAP em 2017 om vigência em 2018, as ocorrências de acidente de trajeto. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO - FAP. EXCLUSÃO DE ACIDENTES DE TRAJETO. RESOLUÇÃO CNPS 1.329/2017. REFORMA DE SENTENÇA EXTINTIVA E JULGAMENTO DA CAUSA. ART. 1.013 DO CPC. 1. Não obstante a metodologia do FAP dependa da aprovação do Conselho Nacional de Previdência Social, a competência para fiscalizar, arrecadar e cobrar a contribuição previdenciária é da Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei 11.457/2007. 2. Tratando-se de reforma de sentença fundada no art. 485, e estando, o processo, em condições de imediato julgamento, é caso de conhecer da lide, nos termos do art. 1.013, § 2º, I, do CPC. 3. A Resolução 1.329/2017 do Conselho Nacional da Previdência Social excluiu do cálculo do FAP os acidentes de trajeto, com efeitos a partir do cálculo do índice em 2017, com vigência em 2018. Comprovado que determinada CAT refere-se a essa espécie de sinistro, sua exclusão é devida. (TRF4, AC 5001888-34.2019.4.04.7200, SEGUNDA TURMA, Relator ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA, juntado aos autos em 27/10/2021).

Dessa forma, deve ser acolhido o pedido da autora para exclusão do benefício 6110497103, decorrente de acidente de trajeto, da base de cálculo do FAP com vigência 2018. (GN)

Destarte, os benefícios acidentários oriundos de acidentes de trajeto não devem compor a base de cálculo do FAP da Autora.

Portanto, requer-se a exclusão de **x (xxxx) benefícios de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91**, decorrentes de acidentes de trajeto, da base de cálculo do índice FAP dos estabelecimentos e vigências indicados na tabela supra e nos pedidos.

1.2. AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA POR ACIDENTE DE TRABALHO (B91) – DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRAJETO (Laudo Pericial)

O auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, é devido ao segurado acidentado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido pela Lei nº 8.213/1991, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.

Do mesmo modo que outras espécies de benefícios acidentários, o auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, compõe a base de cálculo do FAP e a inclusão indevida de qualquer benefício tende a aumentar o índice, elevando o percentual da alíquota do SAT incidente sobre a folha de pagamento das empresas.


Durante a auditoria realizada nos índices FAP da Autora, foi encontrado **xxx (xxx) benefício de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91** – decorrente de acidente de trajeto – na base de cálculo dos índices FAP, nas vigências xxx.

Item	Vigência do FAP		CNPJ	Empregado(a)	NIT	Tipo	Benefício
1	2017	2018	99.999.999/9999-99	Fulano da Silva Sauro Grande Nome de Duas linhas	13192615728	B91	6141765886
2							

O segurado XXX sofreu **acidente de trajeto em XXX** com lesão XXX, conforme consta no Laudo Médico Pericial emitido pelo Instituto Nacional de Seguro Social em XXX.

Destacamos abaixo os trechos de relevo dos documentos comprobatórios.

Laudo Médico Pericial – INSS (dd/mm/aaaa)

 PREVIDÊNCIA SOCIAL <small>Ministério do Trabalho e Emprego - Instituto Nacional de Seguro Social</small>		SABI <small>SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE</small>	
Laudo Médico Pericial			
Requerente: MARCOS ALEXANDRE LUDWINSKY Sexo: Masculino Est. Civil:		Nasc.: 25/08/1981 RG: 00045358036	Nº Requer.: 158.671.386 Data Exame: 05/10/2015 Ordem: 1.00
Ocupação: Outros trabalhadores braçais não-classificados sob outras epígrafes			
Benefício: Auxílio - Doença História: Operador de empilhadeira, 34 anos. Acidente de trajeto em 2012 com lesão joelho E, já em RI há 2 anos por essa lesão. Hoje mesmas queixas. Caso já encaminhado para avaliação de AA e negado. RNM tornozelo E: 11/03/13 normal. AM Dr Marco Aurelio CRM 9865.		Início da Doença: Início da Incapacidade: CID: M255 Dor articular Considerações: Operador de empilhadeira, 34 anos. Acidente de trajeto em 2012 com lesão joelho E, já em RI há 2 anos por essa lesão. Hoje mesmas queixas. Caso já encaminhado para avaliação de AA e negado. RNM tornozelo E: 11/03/13 normal. Ao exame sem restrição de movimentos de MIE. APT.	
Exame Físico: Discreta claudicação e E que não se reproduz na sala de exame, sem restrição de movimentos de joelho e tornozelo E.		Resultado: Não existe incapacidade laborativa.	
At. do Trabalho: NÃO Encam. à Realiz. Profissional: NÃO Espécie de Nexo: Isenção de Carência: NÃO Auxílio Acidente: NÃO Sug. de Apos. por Invalidez: NÃO Vistoria Técnica:		Médico: VIVIANE DE MACEDO CARNEIRO CRM: 9906 Matrícula: 1996593	

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAREV 23/06/2017 14:45:03

CONBAS - Dados Basicos da Concessao

Acao

NB 6190849370	MARCOS ALEXANDRE LUDWINSKY	Situacao: Ativo
OL Concessor : 20.024.090	Renda Mensal Inicial - RMI :	1.117,65
OL Conc. Ant1 :	Salario de Beneficio :	1.228,19
OL Conc. Ant2 :	Base Calc. Rots. - A.B.Base :	
OL Conc. Ant3 :	RMI/Antiga Legislacao...	
OL Executor :	Valor Calculo Acid. Trab. :	
OL Manutencao : 20.024.050	Valor Mens.Reajustada - MR :	
Origem Proc. : CONCESSAO ON-LINE		
Trat.: 13	Sit.credito : 02 VALOR CREDITO COMPET NAO PRECISA SER AUD	
CNIS: 0 NAO HOUE UTILIZACAO DE DADOS DO CNIS	NB. Anterior :	
Esp.: 91 AUXILIO DOENCA POR ACIDENTE DO TRABALH	NB. Origem :	
Ramo atividade: 2 COMERCARIO	NB. Benef. Base :	
Forma Filiacao: 0 DESEMPREGADO	Local Trabalho: 201	
Ult. empregador: 81315426000136	DAT: 01/07/2014 DIP: 01/06/2017	
Indice Reaj. Teto:	DER: 23/06/2017 DDB: 23/06/2017	
Grupo Contribuicao:	DRD: 23/06/2017 DIC:	
TP.Calculo :	DIB: 06/10/2015 DCI:	
Desp: 04 CONCESSAO DECORRENTE DE ACAO JUDICI DO/DR:	DCB:	
Tempo Servico : A M D	DPE: A M D	DPL: A M D

Todavia, mesmo sendo decorrente de acidente de trajeto ocorrido em XXX, a administração pública incluiu o benefício de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, nº XXX, na base de cálculo dos índices FAP do estabelecimento CNPJ nº XXX, nas vigências XXX.

As telas do sistema FAP abaixo comprovam a inclusão.

Vigência XXX

Vigência	CNPJ Raiz	Estabelecimentos
2021	00 253 137 - DANA INDUSTRIAS LTDA	00 253 137/0002-39
FAP 2021	Beneficios da Espécie B91 (Detalhamento)	
1.4182	CÁLCULO ORIGINAL	
Realizado em 31/05/2019	CÁLCULO ORIGINAL	
Histórico	CÁLCULO ORIGINAL	
	Número do Benefício	Número da CAT
	Data Desligamento Beneficiário (DOB)	Data Nascimento Beneficiário
	CPF do Beneficiário	Data Início Benefício (DIB)
	CPF do Empregador	Data Cessação Benefício (DCB)
	NIT do Empregador	
	CPF do Beneficiário	Data Início Benefício (DIB)
	CPF do Beneficiário	Data Cessação Benefício (DCB)
	CPF do Beneficiário	Data Início Benefício (DIB)
	CPF do Beneficiário	Data Cessação Benefício (DCB)

Por se tratar de acidente de trajeto, referido benefício não deve compor a base de cálculo e constar nos índices FAP da Autora.

No caso, as provas juntadas são suficientes para identificar e caracterizar os benefícios B91 como decorrentes de acidente de trajeto.

Nesse contexto, se há erro na base de cálculo do FAP com a inclusão indevida de benefício decorrente de acidente de trajeto esse erro deve ser corrigido.

Isso porque a alíquota do tributo deve incidir sobre a base de cálculo que efetivamente reflita o fato gerador da respectiva obrigação.

E, quando isso não ocorre, os tributos recolhidos a maior, logo, indevidamente, devem ser restituídos, sob pena de enriquecimento sem causa do ente tributante.

Ad argumentandum tantum, em que pese a inexistência da CAT, os documentos acima e anexos à petição inicial são suficientes para identificar e caracterizar o benefício listado na tabela supra como decorrente de acidente de trajeto.

Isso porque, o acidente in itinere ou de trajeto é caracterizado como aquele acidente sofrido pelo trabalhador no percurso entre a sua residência e o local de trabalho, e vice-versa, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado. (art. 21, IV, “d”, da Lei nº 8.213/91)².

Dessa forma, **o que caracteriza o acidente como de trajeto é o local – fora do local de trabalho –, a circunstância – no percurso casa/trabalho ou trabalho/casa –, e o horário – fora do horário de trabalho – e não a emissão ou não da CAT.**

Portanto, **a CAT não é o elemento objetivo para caracterizar o acidente de trajeto**, mas sim as circunstâncias do incidente.

A própria União, em processos de mesma natureza e objeto, **reconhece** o equívoco de manter benefícios decorrentes de acidentes de trajeto incluídos erroneamente no FAP das empresas e comanda a exclusão dos ditos benefícios da base de cálculo do índice FAP.

Como exemplo, podemos citar a contestação apresentada pela União nos autos nº 5005677-73.2021.4.04.7005/PR, em trâmite na 1ª Vara Federal de Guarapuava/PR, que reconhece o erro e determina a exclusão dos benefícios decorrentes de acidente de trajeto do FAP, *verbis*:

3.1 ACIDENTES DE TRAJETO.

Este ponto teve a seguinte análise favorável ao contribuinte:

4.2. Neste caso, a Autora solicita que sejam excluídos os NB N°s 6137349385 e 6147734265, contabilizados na vigência 2018, por se tratarem de acidentes de trajeto, em conformidade com a nova resolução nº 1.329/2017, que retirou os acidentes in itinere da regra de cálculo do FAP para os índices vigentes a partir de 2018.

4.3. Em consulta ao Banco de dados de Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT, identificamos que as CAT's n°s: 2016.093764.7/01 e 2016.183946.0/01, estão, respectivamente, relacionadas aos benefícios, ora reclamados e se referem a acidentes de trajeto.

4.4. Dessa forma, comandaremos nesta data, a exclusão dos NB N°s: 6137349385 e 6147734265, contabilizados na vigência 2018. (GN)

² Art. 21. Equiparam-se também ao acidente de trabalho, para efeitos desta Lei: [...]

IV – o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:[...]

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou desde para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado

Da mesma forma é o entendimento do Judiciário³, *in verbis*:

2.3.1.1. Relativamente ao FAP vigência 2018, a parte autora alega que a parte ré incluiu, de forma indevida, na base de cálculo do aludido fator, o benefício previdenciário nº 6116383657 oriundo de acidente de trajeto.

Deveras, a Resolução MPS/CNPS n.º 1.329/2017 estatui que os benefícios de natureza acidentária decorrentes de acidente de trajeto – assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la – não devem ser considerados como insumos do cálculo do FAP.

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) nº 2015.326264.8/01, colacionada no evento 1 - ANEXO5, p. 4, revela que acidente ocorreu em via pública, na BR 116, sendo qualificado como acidente do tipo "trajeto".

O documento encartado no evento 1 - ANEXO5, p. 5, a seu turno, demonstra que o referido benefício foi considerado no cálculo do índice FAP de 2018.

Logo, o pedido procede, no ponto. (GN)

Nesse sentido decidiu o MM. Juiz Vilian Bollmann, nos autos nº 5025207-60.2021.4.04.7200/SC, em trâmite na 4ª Vara Federal de Florianópolis/SC, *verbis*:

Da inclusão de benefício oriundo de acidente de trajeto

Alega a demandante que o benefício de auxílio-acidente por acidente de trabalho, espécie B94, nº 6185008428, oriundo de acidente de trajeto, foi indevidamente computado para o cálculo do FAP da Filial CNPJ nº 02.220.017/0001-80, nos anos de 2019 e 2020.

A Resolução CNPS nº 1.329/2017, com efeito, alterou a metodologia de cálculo do FAP, excluindo dos eventos a serem computados os acidentes de trajeto, identificados por meio da CAT ou de outro instrumento que vier a substituí-la. Nesse sentido, colhe-se da definição de "evento" constante no referido ato normativo:

2.2. Definições

Foram adotadas as seguintes definições estruturantes:

Evento: ocorrência previdenciária de cada um dos registros de benefícios das espécies de natureza acidentária: B91 - Auxílio-doença por acidente de trabalho, B92 - Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho e B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho, independente se decorrentes de agravamento do mesmo evento. Os acidentes de trabalho sem concessão de benefícios, informados pelas Comunicações de Acidente de Trabalho - CAT, somente serão considerados eventos no caso de óbito. Em todos os casos, serão excetuados desta definição os acidentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la. (grifado).

A demandante anexou com a inicial (evento 1, INIC1, p. 15) cópia da CAT nº 2015.016132.8/01, devidamente cadastrada, a qual tratou do acidente de trajeto ocorrido em 20/06/2014. Tal infortúnio, ao que se infere, gerou o benefício nº 6185008428, que foi incluído para o cálculo do FAP nos anos de 2019 e 2020 (evento 1, INIC1, p. 14).

Portanto, comprovado que acidente de trajeto foi incluído na composição de cálculo do FAP dos anos de 2019 e 2020, também procede, neste ponto, o pedido veiculado pela parte autora. (GN)

³ Trecho da sentença proferida no processo nº 5001711-05.2021.4.04.7005/PR, em trâmite na 2ª Vara Federal de Cascavel.

Por essas razões, comprovado a incorreção da Previdência Social, requer-se a **exclusão** daqueles **benefícios de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, decorrentes de acidente de trajeto** – da base de cálculo do índice FAP.

1.3. AUXÍLIO-ACIDENTE POR ACIDENTE DE TRABALHO (B94) – DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRAJETO

O auxílio-acidente, espécie B94, é devido ao segurado acidentado que, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, apresenta sequela definitiva que implique na redução de sua capacidade laborativa ou impossibilite o desempenho da atividade exercida à época do acidente.

Assim como as outras espécies de benefícios acidentários, o auxílio-acidente por acidente de trabalho, espécie B94, compõe a base de cálculo do FAP e a inclusão indevida de qualquer benefício tende a aumentar o índice, elevando o percentual da alíquota do SAT incidente sobre a folha de pagamento das empresas.

Durante a auditoria realizada nos índices FAP da Autora, **foram encontrados x (xxxx) benefícios de auxílio-acidente por acidente de trabalho, espécie B94**, decorrentes de acidentes de trajeto, na base de cálculo do índice FAP.

Item	Vigências do FAP		CNPJ	Empregado(a)	NIT	Tipo	Benefício	CAT
1	2017	2018	99.999.999/9999-99	FULANO DA SILVA SAURO	13192615728	B94	6141765886	2016.150209.1/01
2								

Para demonstrar os fatos e comprovar o erro cometido pela Previdência Social, utilizaremos como exemplo o caso **do segurado XXXXXXXXXX, inscrito no NIT sob o nº xxxxxxxxxxxx**.

Os documentos comprobatórios em relação aos demais segurados estão anexos à petição inicial.

No caso em análise, **o segurado XXXXXXXXXX** sofreu um **acidente de trajeto no dia xx/xx/xxxx**, conforme a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) apresentado abaixo.

Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) **nº xxxx.xxxxxx.x/01**

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 23/06/2017 14:45:03

CONBAS - Dados Basicos da Concessao

Acao

Inicio	Origem	Desvio	Restaura	Fim	Situacao: Ativo
NB 6190849370	MARCOS ALEXANDRE LUDWINSKY				
OL Concessor : 20.024.090				Renda Mensal Inicial - RMI:	1.117,65
OL Conc. Ant1 :				Salario de Beneficio :	1.228,19
OL Conc. Ant2 :				Base Calc. Apos. - A.P.Base:	
OL Conc. Ant3 :				RMI/Antiga Legislacao.... :	
OL Executor :				Valor Calculo Acid. Trab. :	
OL Manutencao : 20.024.050				Valor Mens.Reajustada - MR :	
Origem Proc. : CONCESSAO ON-LINE					
Trat.: 13	Sit.credito : 07	VALOR CREDITO COMPET NAO PRECISA SER AUD			
CNIS: 0	NAO HOUVE UTILIZACAO DE DADOS DO CNIS				
Esp.: 91	AUXILIO DOENCA POR ACIDENTE DO TRABALH				
Ramo atividade: 2	COMERCIARIO				
Forma Filiacao: 0	DESEMPREGADO				
Ult. empregador: 81315426000136				Local Trabalho: 201	
Indice Reaj. Teto:				DAT: 01/07/2014	DIP: 01/06/2017
Grupo Contribuicao:				DER: 23/06/2017	DDB: 23/06/2017
TP.Calculo :				DRD: 23/06/2017	DIC:
Desp: 04	CONCESSAO DECORRENTE DE ACAO JUDICI DO/DR:				DCB:
Tempo Servico : A M D				DIB: 06/10/2015	DCI:
					DPL: A M D

Posteriormente, considerando a redução parcial da capacidade laborativa em decorrência das lesões geradas pelo acidente de trajeto, o segurado teve concedido o **benefício de auxílio-acidente por acidente de trabalho, espécie B94, nº xxxxxx, com DIB em xx/xx/xxxx.**

Declaração de Benefícios

Declaramos que CONSTA no Sistema Único de Benefícios, nesta data, a concessão do(s) seguinte(s) benefício(s) que possuam como titular o CPF nº **019.965.670-39** pertencente a **VICTOR TONET**

RASADOR:

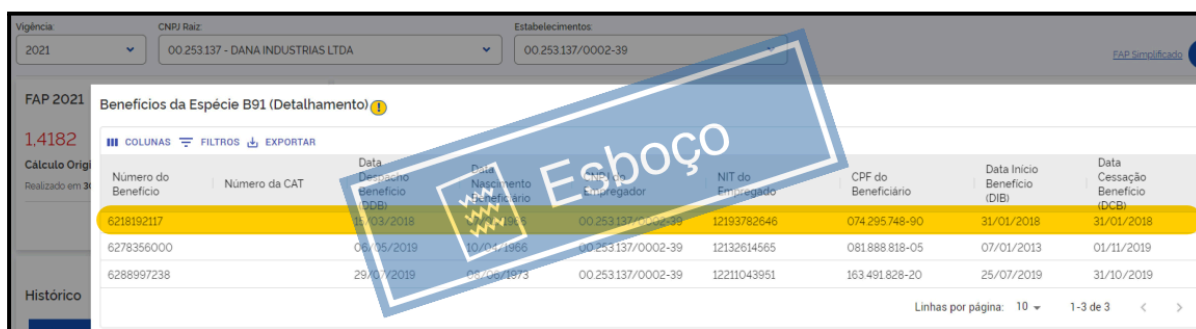
Número do Benefício	Situação	Espécie	Último Pgto.	Início	Cessação
618.140.905-3	ATIVO	AUXÍLIO-ACIDENTE - ACIDENTE DO TRABALHO	R\$ 1.223,84	07/09/2013	

Destarte, o benefício B94 foi concedido no dia seguinte à cessação do B91, e ambos são oriundos do acidente de trajeto sofrido em xx/xx/xxxx, conforme os documentos acima e anexos à petição inicial.

Entretanto, mesmo sendo decorrente de acidente de trajeto, a administração pública, erroneamente incluiu o benefício de auxílio-acidente por acidente de trabalho, espécie B94, nº xxxxxxxx, na base de cálculo do FAP da Autora, na vigência xxxxxxxx, do estabelecimento com CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.

A tela abaixo extraída do sistema FAP comprova a inclusão.

Vigência XXX



Vigência:		CNPJ Raiz:		Estabelecimentos:		FAP Simplificado	
2021		00.253.137 - DANA INDUSTRIAS LTDA		00.253.137/0002-39			
FAP 2021							
Benefícios da Espécie B91 (Detalhamento)							
1.4182							
Cálculo Original							
Realizado em 31/08/2019							
COLUNAS FILTROS EXPORTAR							
Número do Benefício	Número da CAT	Data Depósito Benefício (DCB)	Data Nascimento Beneficiário	CPF do Beneficiário	Data Início Benefício (DIB)	Data Cessação Benefício (DCB)	
6218192117		31/03/2018	01/01/1965	00.253.137/0002-39	12193782646	074.295.748-90	31/01/2018
6278356000		06/05/2019	01/01/1966	00.253.137/0002-39	12132614565	081.888.818-05	07/01/2013
6288997238		29/07/2019	01/01/1973	00.253.137/0002-39	12211043951	163.491.828-20	25/07/2019
Linhas por página: 10 1-3 de 3							

Por se tratar de acidente de trajeto, referido benefício de auxílio-acidente por acidente de trabalho, espécie B94, não deve compor a base de cálculo e constar no índice FAP da Autora.

Além disso, a própria União, em processos de mesma natureza e objeto, **reconhece** o equívoco de manter benefícios decorrentes de acidentes de trajeto incluídos no FAP das empresas e comanda a exclusão dos ditos benefícios da base de cálculo do FAP.

Como exemplo, podemos citar a contestação oferecida pela União nos autos do processo nº 5005677-73.2021.4.04.7005/PR, em trâmite na 1ª Vara Federal de Guarapuava.

3.1 ACIDENTES DE TRAJETO.

Este ponto teve a seguinte análise favorável ao contribuinte:

4.2. Neste caso, a Autora solicita que sejam excluídos os NB N°s 6137349385 e 6147734265, contabilizados na vigência 2018, por se tratarem de acidentes de trajeto, em conformidade com a nova resolução nº 1.329/2017, que retirou os acidentes in itinere da regra de cálculo do FAP para os índices vigentes a partir de 2018.

4.3. Em consulta ao Banco de dados de Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT, identificamos que as CAT's n°s: 2016.093764.7/01 e 2016.183946.0/01, estão, respectivamente, relacionadas aos benefícios, ora reclamados e se referem a acidentes de trajeto.

4.4. Dessa forma, comandaremos nesta data, a exclusão dos NB N°s: 6137349385 e 6147734265, contabilizados na vigência 2018. (Destacamos)

Da mesma forma é o entendimento do Judiciário⁴, *in verbis*:

2.3.1.1. Relativamente ao FAP vigência 2018, a parte autora alega que a parte ré incluiu, de forma indevida, na base de cálculo do aludido fator, o benefício previdenciário nº 6116383657 oriundo de acidente de trajeto.

Deveras, a Resolução MPS/CNPS n.º 1.329/2017 estatui que os benefícios de natureza acidentária decorrentes de acidente de trajeto – assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la – não devem ser considerados como insumos do cálculo do FAP.

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) nº 2015.326264.8/01, colacionada no evento 1 - ANEXO5, p. 4, revela que acidente ocorreu em via pública, na BR 116, sendo qualificado como acidente do tipo "trajeto".

O documento encartado no evento 1 - ANEXO5, p. 5, a seu turno, demonstra que o referido benefício foi considerado no cálculo do índice FAP de 2018.

Logo, o pedido procede, no ponto. (GN)

Nesse sentido decidiu o MM. Juiz Vilian Bollmann, nos autos do processo nº 5025207-60.2021.4.04.7200/SC, em trâmite na 4ª Vara Federal de Florianópolis, *verbis*:

Da inclusão de benefício oriundo de acidente de trajeto

Alega a demandante que o benefício de auxílio-acidente por acidente de trabalho, espécie B94, nº 6185008428, oriundo de acidente de trajeto, foi indevidamente computado para o cálculo do FAP da Filial CNPJ nº 02.220.017/0001-80, nos anos de 2019 e 2020.

⁴ Trecho da sentença proferida nos autos do processo nº 5001711-05.2021.4.04.7005/PR, em trâmite na 2ª Vara Federal de Cascavel.

A Resolução CNPS nº 1.329/2017, com efeito, alterou a metodologia de cálculo do FAP, excluindo dos eventos a serem computados os acidentes de trajeto, identificados por meio da CAT ou de outro instrumento que vier a substituí-la. Nesse sentido, colhe-se da definição de "evento" constante no referido ato normativo:

2.2. Definições

Foram adotadas as seguintes definições estruturantes:

Evento: ocorrência previdenciária de cada um dos registros de benefícios das espécies de natureza acidentária: B91 - Auxílio-doença por acidente de trabalho, B92 - Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho e B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho, independente se decorrentes de agravamento do mesmo evento. Os acidentes de trabalho sem concessão de benefícios, informados pelas Comunicações de Acidente de Trabalho - CAT, somente serão considerados eventos no caso de óbito. Em todos os casos, serão excetuados desta definição os acidentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la. (grifado).

A demandante anexou com a inicial (evento 1, INIC1, p. 15) cópia da CAT nº 2015.016132.8/01, devidamente cadastrada, a qual tratou do acidente de trajeto ocorrido em 20/06/2014. Tal infortúnio, ao que se infere, gerou o benefício nº 6185008428, que foi incluído para o cálculo do FAP nos anos de 2019 e 2020 (evento 1, INIC1, p. 14).

Portanto, comprovado que acidente de trajeto foi incluído na composição de cálculo do FAP dos anos de 2019 e 2020, também procede, neste ponto, o pedido veiculado pela parte autora. (GN)

Na mesma direção é a sentença do MM. Juiz Pedro Pimenta Bossi, nos autos do processo nº 5001191-30.2021.4.04.7010/PR, em trâmite na 1ª Vara Federal de Campo Mourão.

2.3.2. Auxílio Acidente decorrente de acidente de trajeto concedido judicialmente - NB 6110497103

A parte autora argumenta que o auxílio-acidente nº 6289429683 decorreu de acidente de trajeto reconhecido em sentença judicial e, portanto, não poderia ser incluído no cálculo do FAP.

De fato, a sentença (p. 7) que concedeu o auxílio-acidente está embasada no boletim de ocorrência (p. 25), o qual noticia acidente de trânsito sofrido pelo segurado. Outrossim, a data da concessão do benefício (14/07/2012) é compatível com a data do fato constante do boletim de ocorrência (13/07/2012).

A Resolução nº 1.329, de 2017, do Conselho Nacional da Previdência, excluiu os acidentes de trajeto do cálculo do FAP, foi publicada no DOU em 27/04/2017, entrou em vigor na data de sua publicação e a produção dos efeitos ocorreu a partir do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção-FAP 2017, com vigência em 2018.

Ou seja, a Resolução CNP n. 1.329/2017 excluiu do cálculo do FAP em 2017 om vigência em 2018, as ocorrências de acidente de trajeto. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO - FAP. EXCLUSÃO DE ACIDENTES DE TRAJETO. RESOLUÇÃO CNPS 1.329/2017. REFORMA DE SENTENÇA EXTINTIVA E JULGAMENTO DA CAUSA. ART. 1.013 DO CPC. 1. Não obstante a metodologia do FAP dependa da aprovação do Conselho Nacional de Previdência Social, a competência para fiscalizar, arrecadar e cobrar a contribuição previdenciária é da Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei 11.457/2007. 2. Tratando-se de reforma de sentença fundada no art. 485, e estando, o processo, em condições de imediato julgamento, é caso de conhecer da lide, nos termos do art. 1.013, § 2o, I, do CPC. 3. A Resolução 1.329/2017 do Conselho Nacional da Previdência Social excluiu do cálculo do FAP os acidentes de trajeto, com efeitos a partir do cálculo do índice em 2017, com vigência em 2018. Comprovado que determinada CAT refere-se a essa espécie de sinistro, sua exclusão é devida. (TRF4, AC 5001888-34.2019.4.04.7200, SEGUNDA TURMA, Relator ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA, juntado aos autos em 27/10/2021).

Dessa forma, deve ser acolhido o pedido da autora para exclusão do benefício 6110497103, decorrente de acidente de trajeto, da base de cálculo do FAP com vigência 2018. (GN)

Por fim, também foi esse o entendimento proferido na sentença do MM. Juiz Rony Ferreira, nos autos do processo nº 5003834-82.2021.4.04.7002/PR, em trâmite na 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu:

Do pedido de exclusão do benefício n. 6110497103, decorrente de acidente de trajeto, da base de cálculo do FAP, vigência 2018 e o recálculo do índice FAP.

Os documentos anexados no evento 1 (evento 1, ANEXOSPET5), denotam que no FAP vigente em 2018 e, portanto, calculado em 2017 a partir de dados dos anos de 2015 e 2016, foi incluído o benefício n. 6110497103, referente a acidente de trajeto ocorrido em 26/06/2015.

A Resolução n.º 1.329, de 2017, do Conselho Nacional da Previdência, excluiu os acidentes de trajeto do cálculo do FAP, foi publicada no DOU em 27/04/2017, entrou em vigor na data de sua publicação e a produção dos efeitos ocorreu a partir do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção-FAP 2017, com vigência em 2018.

Ou seja, a Resolução CNP n. 1.329/2017 excluiu do cálculo do FAP em 2017 om vigência em 2018, as ocorrências de acidente de trajeto. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO - FAP. EXCLUSÃO DE ACIDENTES DE TRAJETO. RESOLUÇÃO CNPS 1.329/2017. REFORMA DE SENTENÇA EXTINTIVA E JULGAMENTO DA CAUSA. ART. 1.013 DO CPC. 1. Não obstante a metodologia do FAP dependa da aprovação do Conselho Nacional de Previdência Social, a competência para fiscalizar, arrecadar e cobrar a contribuição previdenciária é da Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei 11.457/2007. 2. Tratando-se de reforma de sentença fundada no art. 485, e estando, o processo, em condições de imediato julgamento, é caso de conhecer da lide, nos termos do art. 1.013, § 2º, I, do CPC. 3. A Resolução 1.329/2017 do Conselho Nacional da Previdência Social excluiu do cálculo do FAP os acidentes de trajeto, com efeitos a partir do cálculo do índice em 2017, com vigência em 2018. Comprovado que determinada CAT refere-se a essa espécie de sinistro, sua exclusão é devida. (TRF4, AC 5001888-34.2019.4.04.7200, SEGUNDA TURMA, Relator ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA, juntado aos autos em 27/10/2021).

Dessa forma, deve ser acolhido o pedido da autora para exclusão do benefício 6110497103, decorrente de acidente de trajeto, da base de cálculo do FAP com vigência 2018. (GN)

Desse modo, o benefício acidentário decorrente de acidente de trajeto não deve compor a base de cálculo do FAP da Autora.

Portanto, requer-se a exclusão de x (xxxxx) benefícios de auxílio-acidente por acidente de trabalho, espécie B94, decorrentes de acidentes de trajeto, da base de cálculo dos índices FAP nas vigências e estabelecimentos indicados na tabela supra.

1.4. AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA POR ACIDENTE DE TRABALHO (B91) – DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRAJETO (Sem CAT com BO)

Historicamente, os benefícios oriundos de acidentes de trajeto faziam parte do cálculo do FAP, nos termos das Resoluções nos 1.308/09, 1.316/10 e 1.327/15.

Todavia, em 2017 o CNPS, órgão responsável pela regulamentação do FAP, excluiu do cálculo os benefícios oriundos desse tipo de acidente por meio da Resolução nº 1.329/17 que passou a reger o FAP, produzindo efeitos a partir do índice calculado em 2017 para a vigência 2018.

Assim, a partir da Resolução nº 1.329/17 há expressa previsão de **exclusão** dos eventos decorrentes de acidente de trajeto do cálculo do FAP, com aplicação para os índices calculados em 2017, com vigência em 2018.

E, como dito alhures, qualquer benefício incluído indevidamente no cálculo tende a aumentar sobremaneira o índice, elevando o percentual da alíquota do tributo GILRAT incidente sobre a folha de pagamento da empresa.

Oportuno lembrar que não se pretende, aqui, discutir a legalidade da inclusão dos acidentes de trajeto no cálculo dos índices FAP anteriores a 2018.

O que se requer é a exclusão dos acidentes de trajeto incluídos indevidamente e a contrário legis a partir da vigência de 2018, de acordo com a Resolução nº 1.329/17, vejamos:

Resolução nº 1.329/17

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos a partir do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção- FAP 2017, com vigência em 2018.

[...]

2.2. Definições

Foram adotadas as seguintes definições estruturantes:

Evento: ocorrência previdenciária de cada um dos registros de benefícios das espécies de natureza acidentária: B91 – Auxílio-doença por acidente de trabalho, B92 - Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho e B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho, independente se decorrentes de agravamento do mesmo evento. Os acidentes de trabalho sem concessão de benefícios, informados pelas Comunicações de Acidente de Trabalho - CAT, somente serão considerados eventos no caso de óbito. Em todos os casos, serão excetuados desta definição os acidentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la. (GN)

Importante destacar que a Resolução nº 1.329/17 expressamente determina que **produzirá seus efeitos a partir do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção – FAP 2017, com vigência em 2018**, sendo, portanto, aplicável ao caso concreto.

Desta forma, o cálculo apresentado pelo sistema FAP, vinculado à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, levou em consideração diversos benefícios para a composição do índice da Autora.

Contudo, durante a auditoria realizada nos índices FAP da Autora, foi encontrado **XXX (XXX) benefício de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91 – decorrente de acidente de trajeto** – na base de cálculo do índice FAP nas vigências XXX.

Item	Vigência do FAP		CNPJ	Empregado(a)	NIT	Tipo	Benefício	BO
1	2017	2018	99.999.999/9999-99	Fulano da Silva Sauro Grande Nome de Duas linhas	13192615728	B91	6141765886	02411-2019-0000809
2								

O segurado XXX, que desempenhava a função de serviços gerais, **sofreu um acidente de trajeto no dia xxx (xxx-feira)**, por volta das 22h20, enquanto XXX.

O acidente resultou em lesões, tais como XXX, conforme descrito no Boletim de Acidente de Trânsito nº XXX:

Destacamos abaixo os trechos de relevo do documento comprobatório.

Boletim de Ocorrência nº XXX



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA
10ª RPM/26ª BPM/2ª CIA - CAPINZAL
Rua Antônio Macarini, 480, Nossa Senhora de Lurdes - CAPINZAL/SC 49- 3527.9570



COMUNICAÇÃO DE Ocorrência Policial

REGISTRO 0667573/2019-BOCOP-02411.2019.0000808

DATA E HORA DO REGISTRO: 15/10/2019 22h22min

UNIDADE RESPONSÁVEL: PC - DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAPINZAL - 49-3555.3327

FATO

DATA DO FATO: 15/10/2019

HORA DO FATO: 22:20

LOCAL DO FATO: (Via pública/Veículo/Veículo em trânsito) Acesso a cidade alta, nº S/N, Nossa Vale, CAPINZAL/SC, Nº | CEP: 89665000

| Coordenadas: -27.3589522,-51.6013837

FATOS COMUNICADOS: Acidente de trânsito (Com pessoa ferida ou morta); Lesão corporal culposa em acidente de trânsito

ENVOLVIDOS

LUCAS BORGES (20 anos) | A apurar: Lesão corporal culposa em acidente de trânsito | Motorista: Acidente de trânsito (Com pessoa ferida ou morta) | Vítima: Acidente de trânsito (Com pessoa ferida ou morta) | Vítima: Lesão corporal culposa em acidente de trânsito

Mãe: DENISE ANGELI BORGES

Pai: DEJANDIR BORGES

Data de Nascimento: 01/07/1999

Naturalidade: CAPINZAL/SC/BRASIL

RG: 5914951-SC - Emissão: Não informado

Sexo: Masculino

Profissão: Mecânico

Local de Trabalho: RPI

Estado Civil: Solteiro

Telefone: (49) 998268997

Endereço: (Residencial) Lema Barto Presto, S/N, Interior, CAPINZAL/SC - CEP: 00000-000

Relato Individual: HOSPITALIZADO

Outras Informações: • Deseja não exercer o direito de representação ou queixa contra o autor.

Condições físicas apresentadas: Lesões leves

QUELVA MICHEL BAZZO (27 anos) | A apurar: Lesão corporal culposa em acidente de trânsito | Motorista: Acidente de trânsito (Com pessoa ferida ou morta) | Vítima: Acidente de trânsito (Com pessoa ferida ou morta) | Vítima: Lesão corporal culposa em acidente de trânsito

Mãe: MARISA APARECIDA EGANZELLA BAZZO

Pai: VILSON BAZZO

Data de Nascimento: 14/03/1992

Naturalidade: CAPINZAL/SC/BRASIL

RG: 5541820-SC - Emissão: Não informado

Sexo: Masculino

Profissão: Serviços gerais

Estado Civil: Solteiro

Telefone: (49) 998119694

Local de Trabalho: Auto elite

Endereço: (Residencial) Rua Ermeninda Tomazoni, S/N, LAR IMÓVEIS, CAPINZAL/SC - CEP: 89665000

Relato Individual: HOSPITALIZADO

Outras Informações: • Deseja não exercer o direito de representação ou queixa contra o autor.

Condições físicas apresentadas: Lesões leves

ACIDENTE DE TRÂNSITO

NATUREZA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO: Colisão com outro veículo/Frontal

CAUSA PROVÁVEL: Falha Humana - Falta de atenção

Em decorrência do acidente de trajeto e da incapacidade laborativa, requereu e teve concedido o benefício de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, nº XXX, com data de início do benefício (DIB) fixada em XXX e data de cessação (DCB) em XXX.

A comparação entre a data do acidente (XXX - B.O. nº XXX), data do afastamento do trabalho (DAT) em XXX e a data do início do benefício B91 nº XXX - DIB em XXX, comprova o nexo causal entre o acidente de trajeto e o benefício.

Dados Básicos da Concessão – CONBAS – Benefício B91 nº XXX

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAREV 23/06/2017 14:45:03

CONBAS - Dados Basicos da Concessao

Acao

Inicio	Origem	Desvio	Restaura	Fim	Situacao
NB 6190849370	MARCOS ALEXANDRE LUDWINSKY				Ativo
OL Concessor : 20.024.090					Renda Mensal Inicial - RMI :
OL Conc. Ant1 :					Salario de Beneficio :
OL Conc. Ant2 :					Base Calc. RMI - A.B.Base :
OL Conc. Ant3 :					RMI/Antiga Legislacao... :
OL Executor :					Valor Calculo Acid. Trab. :
OL Manutencao : 20.024.050					Valor Mens.Reajustada - MR :
Origem Proc. : CONCESSAO ON-LINE					
Trat.: 13	Sit.credito : 02	VALOR CREDITO COMPET	NAO PRECISA SER AUD		
CNIS: 0	NAO HOUVE UTILIZACAO DE DADOS DO CNIS	NB. Anterior :			
Esp.: 91	AUXILIO DOENCA POR ACIDENTE DO TRABALH	NB. Origem :			
Ramo atividade: 2	COMERCIAL	NB. Benef. Base:			
Forma Filiacao: 0	DESEMPREGADO				Local Trabalho: 201
Ult. empregador: 81315426000136		DAT: 01/07/2014	DIP: 01/06/2017		
Indice Reaj. Teto:		DER: 23/06/2017	DDB: 23/06/2017		
Grupo Contribuicao:		DRD: 23/06/2017	DIC:		
TP.Calculo :		DIB: 06/10/2015	DCI:		
Desp: 04	CONCESSAO DECORRENTE DE Acao JUDICI DO/DR:	DCB:			
Tempo Servico : A M D	DPE: A M D	DPL: A M D			

Todavia, mesmo sendo decorrente de acidente de trajeto ocorrido em XXX, a administração pública incluiu o benefício de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91, nº XXX, na base de cálculo dos índices FAP do estabelecimento CNPJ nº XXX, nas vigências XXX.

As telas do FAPWEB abaixo comprovam a inclusão.

Vigência XXX

Vigência: 2021 CNPJ Raiz: 00253137 - DANA INDUSTRIAS LTDA Estabelecimentos: 00253137/0002-39

FAP 2021

Benefícios da Espécie B91 (Detalhamento)

1.4182

Número do Benefício	Número da CAT	Data Nascimento Beneficiário (DOB)	Data Nascimento Beneficiário	NIT do Empregador	CPF do Beneficiário	Data Início Benefício (DIB)	Data Cessação Benefício (DCB)
6218192117		10/03/2018	10/03/2018	00253137/0002-39	074.295.748-90	31/01/2018	31/01/2018
6278356000		06/05/2019	10/04/1986	00253137/0002-39	081.888.818-05	07/01/2013	01/11/2019
6288997238		29/07/2019	08/08/1973	00253137/0002-39	163.491.828-20	25/07/2019	31/10/2019

Linhas por página: 10 1-3 de 3

Por se tratar de acidente de trajeto, referido benefício não deve compor a base de cálculo e constar nos índices FAP da Autora.

No caso, as provas juntadas são suficientes para identificar e caracterizar o benefício B91 nº XXX como decorrente de acidente de trajeto.

Nesse contexto, se há erro na base de cálculo do FAP com a inclusão indevida de benefício decorrente de acidente de trajeto esse erro deve ser corrigido.

Isso porque a alíquota do tributo deve incidir sobre a base de cálculo que efetivamente reflita o fato gerador da respectiva obrigação.

E, quando isso não ocorre, os tributos recolhidos a maior, logo, indevidamente, devem ser restituídos, sob pena de enriquecimento sem causa do ente tributante.

Ad argumentandum tantum, em que pese a inexistência da CAT, os documentos acima e anexos à petição inicial são suficientes para identificar e caracterizar o benefício listado na tabela supra como decorrente de acidente de trajeto.

Isso porque, o acidente in itinere ou de trajeto é caracterizado como aquele acidente sofrido pelo trabalhador no percurso entre a sua residência e o local de trabalho, e vice-versa, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado. (art. 21, IV, “d”, da Lei nº 8.213/91)⁵.

Dessa forma, **o que caracteriza o acidente como de trajeto é o local – fora do local de trabalho –, a circunstância – no percurso casa/trabalho ou trabalho/casa –, e o horário – fora do horário de trabalho – e não a emissão ou não da CAT.**

Portanto, **a CAT não é o elemento objetivo para caracterizar o acidente de trajeto**, mas sim as circunstâncias do incidente.

Nesse sentido decidiu o MM. Juiz Pedro Pimenta Bossi, nos autos do processo nº 5001191-3062021.4.04.7010/PR, em trâmite na 1ª Vara Federal de Campo Mourão, *in verbis*:

2.3.2. Auxílio Acidente decorrente de acidente de trajeto concedido judicialmente - NB 6110497103

A parte autora argumenta que o auxílio-acidente nº 6289429683 decorreu de acidente de trajeto reconhecido em sentença judicial e, portanto, não poderia ser incluído no cálculo do FAP.

De fato, a sentença (p. 7) que concedeu o auxílio-acidente está embasada no boletim de ocorrência (p. 25), o qual noticia acidente de trânsito sofrido pelo segurado. Outrossim, a data da concessão do benefício (14/07/2012) é compatível com a data do fato constante do boletim de ocorrência (13/07/2012).

A Resolução nº 1.329, de 2017, do Conselho Nacional da Previdência, excluiu os acidentes de trajeto do cálculo do FAP, foi publicada no DOU em 27/04/2017, entrou em vigor na data de sua publicação e a produção dos efeitos ocorreu a partir do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção-FAP 2017, com vigência em 2018.

Ou seja, a Resolução CNP n. 1.329/2017 excluiu do cálculo do FAP em 2017 as ocorrências de acidente de trajeto. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO - FAP. EXCLUSÃO DE ACIDENTES DE TRAJETO. RESOLUÇÃO CNPS 1.329/2017. REFORMA DE SENTENÇA EXTINTIVA E JULGAMENTO DA CAUSA. ART. 1.013 DO CPC. 1. Não obstante a metodologia do FAP dependa da aprovação do Conselho Nacional de Previdência Social, a competência para fiscalizar, arrecadar e cobrar a contribuição previdenciária é da Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei 11.457/2007. 2. Tratando-se de reforma de sentença fundada no

⁵ Art. 21. Equiparam-se também ao acidente de trabalho, para efeitos desta Lei: [...]

IV – o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:[...]

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou desde para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado

art. 485, e estando, o processo, em condições de imediato julgamento, é caso de conhecer da lide, nos termos do art. 1.013, § 2º, I, do CPC. 3. A Resolução 1.329/2017 do Conselho Nacional da Previdência Social excluiu do cálculo do FAP os acidentes de trajeto, com efeitos a partir do cálculo do índice em 2017, com vigência em 2018. Comprovado que determinada CAT refere-se a essa espécie de sinistro, sua exclusão é devida. (TRF4, AC 5001888-34.2019.4.04.7200, SEGUNDA TURMA, Relator ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA, juntado aos autos em 27/10/2021).

Dessa forma, deve ser acolhido o pedido da autora para exclusão do benefício 6110497103, decorrente de acidente de trajeto, da base de cálculo do FAP com vigência 2018. (GN)

Entendimento harmônico com o acima também foi proferido no Acórdão da Egrégia 2ª turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no julgamento do recurso de Apelação dos autos do processo nº 5058800-35.2020.4.04.7000/PR:

Exclusão do benefício nº 6182525383

A autora pretende a exclusão do cálculo do FAP dos anos de 2019 e 2020 do benefício nº 6182525383 (B91 - auxílio-doença acidentário), concedido a Luiz Aparecido dos Santos (inscrito no NIT sob nº 17062560578).

[...]

A documentação apresentada pela parte autora, contudo, demonstra que o agravo não se trata de acidente de trabalho: (a) o boletim de ocorrência refere que no dia 09-04-2017, Luiz Aparecido dos Santos caiu de sua moto particular, em via pública, às 2h45, durante a madrugada (portanto, fora do seu horário de expediente) - evento 1, ANEXO3, fl. 13; (b) Luiz Aparecido dos Santos, em declaração constante do evento 1, ANEXO3, fl. 14, refere que saiu do trabalho às 23 hs do dia, tendo ido a um bar com um amigo para beber e que, quando estava indo embora sofreu o acidente.

É, pois, de ser dado provimento à apelação, no ponto, para determinar a exclusão do benefício nº 6182525383 no cálculo do FAP. (GN)

Os julgados acima demonstram que o Poder Judiciário já acolheu pedidos idênticos em ações que objetivavam a correção de erros cometidos nos índices FAP de outras empresas. Nestes precedentes fica nítido o posicionamento judicial no sentido de se reconhecer que a Previdência Social comete equívoco ao considerar um benefício decorrente de acidente de trajeto na base de cálculo dos índices FAP.

Por essas razões, comprovado a incorreção da Previdência Social, **requer-se a exclusão dos benefícios de auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho, espécie B91 decorrentes de acidente de trajeto** – da base de cálculo do índice FAP.